

Organizar equipe e reforma drenam agenda econômica

Marca dos primeiros meses de Guedes é ausência de medidas em favor do crescimento

100 dias de Bolsonaro

Mariana Carneiro e Flavia Lima

Envolvido na defesa da reforma da Previdência e na organização de sua própria estrutura de funcionamento, o superministério da Economia, liderado por Paulo Guedes, chega aos cem dias de governo com poucas medidas a apresentar.

Guedes elegeu a reforma da Previdência como sua primeira batalha e colocou em espera outras promessas na área econômica, como a abertura comercial e a reforma tributária.

A estratégia é não despertar inimigos e entregar, logo na chegada, a reforma que promete ajustar no longo prazo as contas do governo.

As dificuldades políticas da gestão Jair Bolsonaro (PSL), no

entanto, podem retardar o plano e já estão drenando a pauta inicial da Economia.

Algumas exceções que escapam à atrofia ocorrem na área microeconômica e, mesmo assim, só agora começam a sair do papel.

Até o fim deste mês, a Secretaria de Produtividade, por exemplo, quer lançar um pacote de ações para facilitar a vida dos empresários.

Enquanto isso não se materializa, nesta segunda-feira (8), Bolsonaro fará uma cerimônia para sancionar projeto que herdou de Michel Temer (MDB), o cadastro positivo, que promete ajudar os juros no longo prazo.

O desafio de Guedes, porém, é de curto prazo.

A economia está estagnada, e a taxa de desemprego, já elevada, subiu. No setor produtivo, assim como no ministério, o clima é de espera pela reforma da Previdência.

“Não é possível endereçar questões para racionalizar o sistema tributário sem solucionar primeiro a solvência do setor público”, afirmou Fernando Pimentel, presidente da Abit (associação que reúne confecções e fabricantes do setor têxtil), na quarta-feira (3).

A promessa de reduzir o tamanho do Estado por meio de privatizações de estatais, feita tanto por Bolsonaro quanto por Guedes, andou no setor de infraestrutura, mas graças às concessões de portos, aeroportos e ferrovia estruturadas ainda na gestão Temer.

Relevante para a geração de empregos, a construção civil sofre o impacto adicional da redução de recursos orçamentários para o Minha Casa Minha Vida, que sozinho responde por dois terços do mercado imobiliário, segundo a Cbic (Câmara Brasileira da Indústria da Construção).

Alexandre Baldy, ex-ministro das Cidades e hoje secretário de Transportes Metropolitanos de São





Paulo, afirma que o programa emprega cerca de 2 milhões de pessoas. Porém, está recebendo menos recursos até do que o previsto no Orçamento federal.

“No que diz respeito ao Minha Casa Minha Vida, o governo ainda não se encontrou. Ninguém acaba com um programa sem colocar outro no lugar. Houve desaceleração econômica por todas as razões, inclusive essa”, disse.

Ex-presidente do Banco Central e sócio da consultoria Tendências, Gustavo Loyola pondera que cem dias é pouco tempo para exigir resultados, mas admite que “não há grandes destaques”.

“A economia no primeiro trimestre veio mais fraca do que o esperado, ainda como reflexo da incerteza eleitoral. Isso não pode ser colocado nas costas do Paulo Guedes”, disse. “Mas a economia patinando não ajuda o governo”.

Para ele, é necessário considerar a reformulação do Ministério da Economia, que reuniu as atribuições de quatro pastas (Fazenda, Planejamento, Indústria e Trabalho), extinguindo cargos e alterando processos.

“Quem conhece Brasília sabe que, quando se mexe da maneira como se mexeu nos ministérios, se cria uma paralisia”, disse.

Algumas nomeações de quadros

técnicos levaram quase dois meses para serem concluídas, e a formação de estruturas de governança, como o Conselho Gestor do Simples e a Camex (Câmara de Comércio Exterior), por exemplo, ainda aguarda definição.

Para o ex-presidente do BNDES e ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros, há um componente ideológico na administração de Guedes que prejudica suas escolhas.

Em sua opinião, estão acionando medidas corretas do ponto de vista econômico, porém não adequadas para o momento. Um exemplo disso é a ordem para reduzir a participação dos bancos públicos no mercado de crédito, com o argumento de que houve um exagero na gestão do PT.

Em tese, disse Mendonça de Barros, o dinheiro que foi emprestado aos bancos estatais e ajudou a aumentar o BNDES, o BB e a Caixa teria de ser devolvido à União.

“Mas, quando se olha para o ciclo da economia, após uma recessão brutal, o governo deveria contribuir para que a gente voltasse a crescer, e o crédito é uma das formas para isso”

“Não é porque a Dilma usou o crédito na hora errada, no pico da economia, que agora é preciso reduzir. A situação agora é oposta, o momento e de aumentar o crédito”,

disse.

Outra crítica é a contenção de despesas, como o congelamento de R\$ 35 bilhões do Orçamento anunciado há duas semanas. “A expressão “expansão do gasto” é palavrão para quem não entende as coisas. É ideologia. Estamos numa recessão profunda demais, precisamos disso”, afirmou.

Para ele, o Banco Central deve baixar mais os juros, hoje em 6,5% ao ano.

“Vai ter pouco impacto? Não interessa. O movimento correto seria nesse sentido.”

O argumento do BC e de muitos analistas de mercado é que, se a reforma da Previdência passar, os juros poderão cair de forma perene.

Consultor político e sócio da CAC, Luciano Dias afirma, contudo, que, para realizar a profecia dos mercados, é necessário que Bolsonaro aceite dividir espaço político com outros partidos, a fim de formar uma base sólida no Congresso. “Do jeito que está, é impossível produzir um quórum para aprovação”, disse Dias.

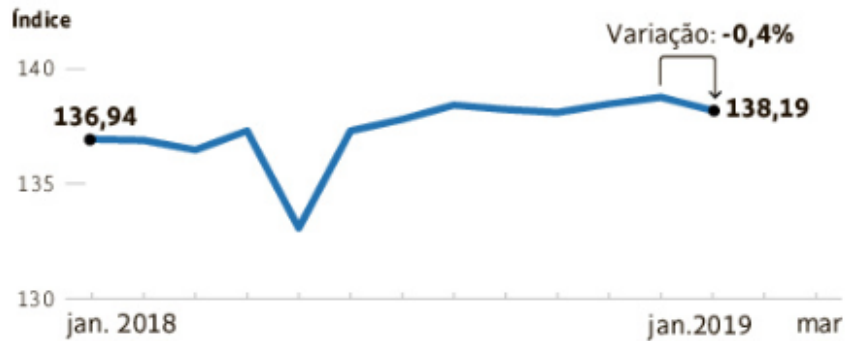
“Os votos estão aí. Agora, sem o presidencialismo de coalizão, o voto vai para o governo no dia em que ele marcar e para o texto que ele apresentar? Não há condições técnicas de prever isso de maneira consistente hoje”, afirmou.



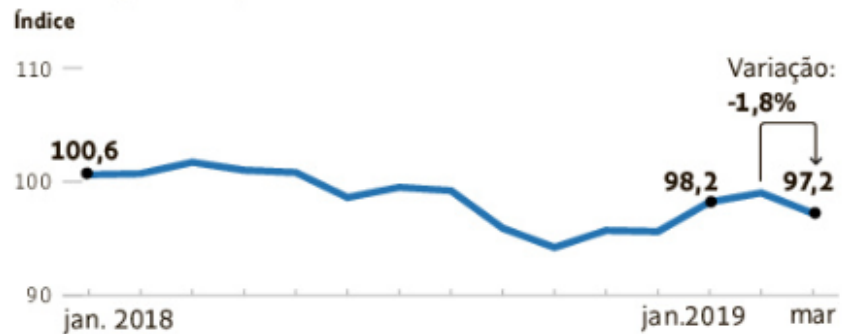


Atividade segue estagnada e promessas demoram a sair do papel Como está a economia?

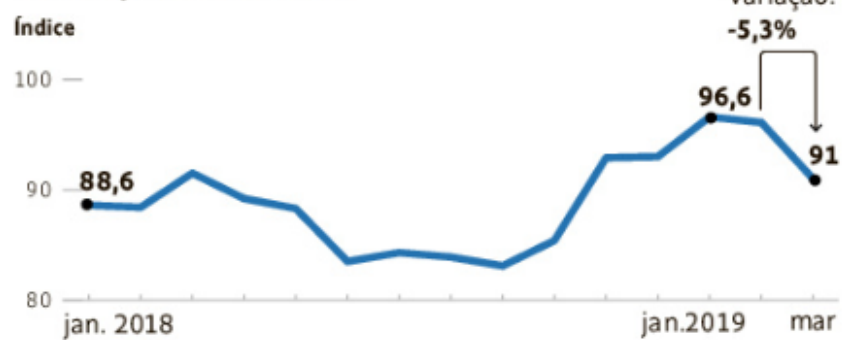
Atividade, medida pelo índice IBC-Br, do Banco Central**



Confiança do empresário da indústria**



Confiança do consumidor**

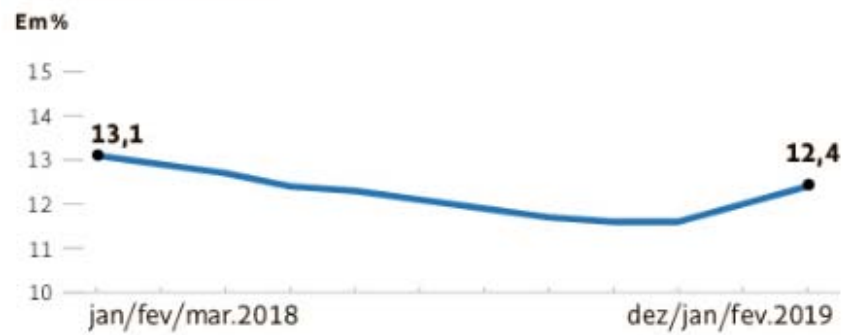




Participação dos bancos públicos no crédito*



Taxa de desemprego



*Percentual sobre o saldo total de crédito

** Dados dessazonalizados Fonte: BCB, FGV/Ibre, IBGE

Casa Civil avalia Medida Provisória da desburocratização

O presidente Jair Bolsonaro confirmou que o governo apresentará nos próximos dias medidas para simplificar normas legais. O anúncio pode ocorrer na terça (9) ou na quarta-feira (10), quando Bolsonaro completa 100 dias no cargo.

De acordo com o presidente, o texto lhe foi apresentado durante a viagem a Israel e tem 14 páginas. O material está sob “polimento” da Casa Civil, nas palavras dele.

A informação foi dada por ele em um café com jornalistas no Palácio do Planalto, nesta sexta-feira (5). A Folha estava entre os convidados.

As medidas estão em elaboração no Ministério da Economia e se somarão ao “revogação” prometido pelo ministro Onyx Lorenzoni (Casa Civil) há cerca de duas semanas.

Neste ato, o governo pretende anular cerca de 250 decretos antigos que, com o tempo, acabaram em desuso. Paralelamente, o Ministério da Economia prepara um pacote que simplifica normas e

procedimentos, voltados a melhorar o ambiente de negócios.

Esse pacote, com 55 ações, deverá ser anunciado em 20 dias e trará ações de alcance microeconômico. A entrega está sendo comandada pela Secretaria de Produtividade, de Carlos da Costa.

Entre as iniciativas estão a simplificação no e-social (formulário na internet preenchido mensalmente pelas empresas) e a criação da janela regulatória, em que Anvisa e Inmetro anunciarão, em um único dia do mês, as normas para o setor produtivo.

A ideia é evitar que empresas percam tempo buscando diariamente por mudanças nos produtos que fabricam.

Também haverá medidas para a construção civil, como a unificação de normas de construção das prefeituras, e a exigência de adesão das empresas a um manual de boas práticas chamado BIM (Building Information Model).



Como antecessores deram a largada na economia



FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995)

- No primeiro mês de governo, sanciona aumento salarial de 95% para parlamentares e 144% para o presidente
- Câmara aprova em votação simbólica salário mínimo de R\$ 100. É a primeira derrota do governo, pois o aumento compromete as contas da Previdência
- Em seu primeiro pronunciamento em rede de rádio e televisão, anuncia veto ao mínimo de R\$ 100 e corte de 25% em seus vencimentos e de seus ministros

- Montadoras, governo e trabalhadores acertam aumento da alíquota do imposto de importação de carros de 20% para 32%
- Sanciona a Lei de Concessões, que permite a exploração de energia elétrica e saneamento pela iniciativa privada
- Ocorre, no Rio de Janeiro, o primeiro de uma série de protestos contra o governo. Estudantes, sindicalistas, bancários e metalúrgicos entram em confronto com a Polícia do Exército. Um dos manifestantes era o deputado Jair Bolsonaro, que acusou os soldados de "dar proteção a um presidente imoral"



LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003)

- Com a bandeira da área social, faz caravana às regiões mais pobres com 29 ministros e lança o programa-piloto do Fome Zero, embrião do Bolsa Família

- Participa de uma marcha com prefeitos e anuncia R\$ 1,4 bilhão em investimentos em saneamento e infraestrutura
- Fecha aliança com o MDB para viabilizar a aprovação de medidas no Congresso, o que garante a aprovação da PEC que regulamente o sistema financeiro e abre caminho para a autonomia do Banco Central
- Por meio de medida provisória, autoriza a venda de soja transgênica já plantada
- O então ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, promete entregar uma proposta de reforma da Previdência em 90 dias; causa polêmica ao defender o fim da aposentadoria especial para militares e juizes e depois volta atrás
- O então ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, promete entregar uma proposta de reforma da Previdência em 90 dias; causa polêmica ao defender o fim da aposentadoria especial para militares e juizes e depois volta atrás





- O então ministro da Fazenda, Antonio Palocci, fixa o que até então é a maior meta de superávit fiscal da era Real, de 4,25% — corte de R\$ 14 bilhões no Orçamento



DILMA ROUSSEFF (2011)

- Sob o comando de Alexandre Tombini, o Banco Central eleva a taxa de juros para 11,75%, projeta a inflação a 5,6% e reduz a previsão de crescimento do PIB para 4%

- São emitidos os primeiros sinais de que a autoridade monetária deixaria a inflação ultrapassar a meta se comprometesse o crescimento
- Em fevereiro, o então ministro da Fazenda, Guido Mantega, anuncia corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento como parte do plano de ajuste fiscal
- Governo lança o slogan "País rico é país sem pobreza"
- O governo eleva o salário mínimo para R\$ 545. Foi o primeiro reajuste abaixo da inflação em 14 anos
- O Bolsa Família, por sua vez, tem reajuste de até 45,5%
- Recebe o então presidente Barack Obama para discutir, entre outros tópicos, a cooperação entre Brasil e EUA na organização da Copa de 2014 e da Olimpíada de 2016



MICHEL TEMER (2016)

- Aprova no Congresso revisão da meta fiscal com elevação do déficit primário para R\$ 170,5 bilhões
- Envia ao Congresso a PEC do Teto de Gastos, que limita o crescimento das despesas à inflação do ano anterior
- Anuncia reajuste de 12,5% no Bolsa Família a partir de julho; no mês anterior, Dilma havia prometido 9%
- Sanciona Lei das Estatais, que proíbe a indicação de dirigentes de partidos para diretorias e conselhos





- Câmara aprova texto-base da renegociação da dívida dos estados, após recuo do governo
- Abre espaço para a aprovação o marco regulatório de óleo e gás, que desobrigou a Petrobras de participar dos blocos de exploração
- Cria ambiente para o início a Agenda BC+, que mira melhoria da eficiência do sistema e cidadania financeira
- Dólar fecha 100º dia de Temer a R\$ 3,22

A caminho do semipresidencialismo

SAMUEL PESSÔA

Sociedade passará a cobrar os congressistas também pelo desempenho da economia

No presidencialismo brasileiro, o Executivo nacional é a instância responsabilizada pelo eleitor se a economia tem desempenho ruim.

Os deputados respondem aos interesses de seus eleitores: suas bases eleitorais locais ou as corporações e os grupos econômicos que representam.

É por esse motivo que o legislativo é gastador e o Executivo é poupador (ao menos tenta ser).

Se algo der errado com a economia, quem será punido será o presidente e seu partido.

A dificuldade é que, para implantar política econômica responsável e que atenda ao interesse agregado, o Executivo precisa aprovar medidas no Congresso que prejudicam os interesses das bases dos deputados.

Ao menos no curto prazo.

Quase sempre a agregação dos interesses particulares, seja das bases eleitorais locais ou das corporações e grupos econômicos, produz resultado agregado disfuncional. O resultado microeconômico é a enorme complexidade regulatória e tributária, e o macroeconômico é o descontrole fiscal que termina com aceleração inflacionária.

Para alinhar minimamente os interesses dos deputados com o interesse coletivo, o Executivo conta com a possibilidade de liberar emendas dos parlamentares ao Orçamento, para trocar pelo apoio dos deputados a projetos que atendam ao interesse coletivo.

Em 2015, quando Dilma estava muito fraca, o Congresso aprovou emenda constitucional obrigando o Executivo a executar as emendas parlamentares.

Tirou-se um pouco do poder que o presidente tem.

Agora, a Câmara, e, na semana passada, o Senado tornaram outro tipo de emenda parlamentar — as emendas das bancadas estaduais na Câmara dos Deputados, conhecidas por emendas de bancada — de execução obrigatória.

O que há é uma redução dos instrumentos que o Poder Executivo tem para negociar com o Congresso medidas que atendam ao interesse coletivo e desagradem às bases eleitorais locais e grupos de pressão, corporações e grupos econômicos.

Ao enfraquecer a Presidência da República, o Congresso vai lentamente transformando nosso sistema político em um semipresidencialismo.

Há quem pense que esse movimento conseguirá mudar a forma como a sociedade enxerga o Congresso Nacional.

A sociedade passará a cobrar deputados e senadores também pelo desempenho agregado da economia.





A aposta é que o eleitor, ao verificar que a Presidência está enfraquecida, transferirá parte da cobrança pelo desempenho agregado da economia ao Congresso. Talvez as redes sociais facilitem essa atribuição de responsabilidade.

Mantenho o ceticismo que expressei na coluna “Orçamento impositivo não orna com nossas instituições fiscais”, lá no longínquo 2015. Nada ganharemos com o enfraquecimento da Presidência da República.

Aparentemente, a emenda constitucional aprovada na Câmara e no Senado tem um artigo que não se refere às emendas parlamentares e pode tornar todos os Orçamentos — da União, dos Estados e dos municípios — impositivos.

O 10º parágrafo adicionado pela emenda ao 165º artigo da Constituição tem a seguinte redação: “A administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade”

A impressão é que todos os Executivos, dos três níveis da Federação, serão obrigados e executar o Orçamento exatamente como aprovado no Legislativo.

De forma parecida ao brexit, nossa população fez uma escolha, o presidencialismo, e o Congresso lentamente nos empurra para o parlamentarismo.

Bolsonaro deve ir ao Nordeste 'levar' o 13º do Bolsa Família

Medida foi uma das promessas de campanha do presidente; viagem à região onde não foi vitorioso serve também como aceno ao Congresso

Idiana Tomazelli Julia Lindner/
BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro está programando uma viagem à região Nordeste e deve aproveitar a ocasião para anunciar o pagamento do 13.º salário do Bolsa Família. O dinheiro para bancar a medida já está reservado no Orçamento. A incursão de Bolsonaro à única região em que não foi vitorioso nas eleições faz parte da tentativa de reaproximação com o Congresso e de alavancar novamente sua popularidade após o recuo no início de sua gestão.

O 13.º do Bolsa Família foi uma promessa de campanha de Bolsonaro e deve ser mencionado no balanço dos primeiros 100 dias de governo. Mas a ideia é usar a viagem para mostrar, numa região com muitos beneficiários do programa, que o governo está atuando em outras frentes além da reforma da Previdência, pauta considerada impopular.

Parlamentares da região reclamam que a reforma da Previdência tem sido até agora a

única pauta do governo, o que aumenta as cobranças na base eleitoral sobre os congressistas. O anúncio do 13.º seria um afago no sentido de dar aos deputados e senadores uma bandeira num momento de tentativa de construção de uma base aliada, além de apontar para uma agenda mais positiva. A equipe econômica também tem se debruçado sobre medidas para tentar alavancar o crescimento, como antecipou o Estado.

No Congresso, a principal reclamação nos bastidores é a falta de clareza na agenda que será tocada por Bolsonaro durante seu governo, não só na economia mas também em outras áreas. Sem essa visão de mais longo prazo, o presidente encontra dificuldades em convencer potenciais aliados a carimbar em si mesmos o selo de "base do governo", que se traduz no compromisso de apoiar e atuar em defesa das iniciativas do Executivo.

A ida de Bolsonaro ao Nordeste ajuda a azeitar esse caminho na tentativa de construção da base, pois garante momentos de exposição dos parlamentares ao lado do presidente numa situação positiva, de anúncio de expansão do programa social.

Orçamento. O dinheiro necessário para bancar o 13.º do Bolsa Família já foi reservado no

Orçamento de 2019, apesar do corte bilionário em outras despesas para assegurar o cumprimento da meta fiscal para o ano. São R\$ 2,6 bilhões destinados à medida, elevando os recursos do programa social para R\$ 32,1 bilhões neste ano.

O coordenador da bancada do Nordeste, deputado Julio Cesar (PSD-PI), diz que os parlamentares estão tentando estabelecer uma ponte com Bolsonaro e esperam ser recebidos pelo presidente nos próximos dias para tratar de assuntos da região. "Essa reaproximação é importante", afirma.

A bancada do Nordeste também é uma das mais resistentes a pontos polêmicos da reforma da Previdência, como o endurecimento das regras de aposentadoria rural e do benefício assistencial para idosos miseráveis. A região concentra 27% dos beneficiários da Previdência Social e quase metade dos aposentados rurais no País.

A data da viagem e o itinerário de Bolsonaro no Nordeste ainda não foram definidos. Uma possibilidade em estudo é que o presidente e sua comitiva desembarquem na região no fim do mês ou no início de maio. A iniciativa já tem sido sinalizada a congressistas em reuniões com a área econômica.





Região Norte. O presidente deve iniciar a série de viagens que pretende fazer pelo País na região Norte. Ele vai inaugurar o novo aeroporto de Macapá (AP) na sexta-feira, ao lado do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). Bolsonaro também tem intenção de ir a Campina Grande, na Paraíba, para uma cerimônia de entrega de casas populares, ao lado do prefeito Romero Rodrigues (PSDB). A viagem ainda não tem data definida.

Na semana passada, o presidente citou outros potenciais destinos, como Pará e Amazonas, além da própria Paraíba. A aproximação com prefeitos também é um movimento importante, uma vez que o PSL ganhou força apenas nas últimas eleições e não tem essa capilaridade que pode ajudar nas articulações pela reforma.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, também definiu o "contato político" como prioridade para as próximas semanas, em prol da aprovação da reforma da Previdência. Ele já se reuniu com as bancadas do PSD e do PSL – partido de Bolsonaro – e deve ter encontros com PP, PSDB e DEM.